

PROSTITUIÇÃO E A LIBERDADE DO CORPO

Elisiane Pasini¹

Primeiramente quero agradecer o convite e falar que estou encantada de falar deste tema para uma platéia tão especial. Bom, na minha comunicação pretendo levantar alguns elementos para refletirmos a respeito da liberdade do corpo da prostituta na prática da prostituição. Vou começar demonstrando um pouco duas linhas de compreensão sobre se a atividade da prostituição pode ser considerada um trabalho, por estudiosas feministas. A partir disso, pretendo falar do lugar e da autonomia do corpo da prostituta. Especificamente, demonstrarei o “uso” que a prostituta faz do seu corpo na prática da prostituição, o qual se torna pleno de relações sociais e que nele estão marcados significados sócio-culturais. Daqui pretendo aprofundar o tema proposto para o debate.

1. PROSTITUIÇÃO É TRABALHO²?

A discussão se o exercício da prostituição pode ser considerada um trabalho ou não tem se polarizado em dois grandes grupos, ambos embasam seus argumentos a partir de perspectivas feministas. O primeiro deles é formado por autoras que se definem como feministas radicais e compreendem a atividade da prostituição como um ato de submissão/escravidão da mulher. Já o outro grupo, encabeçado por feministas liberais, entende o exercício da prostituição como uma escolha. Assim, a discussão perpassa

¹ Doutora em Ciências Sociais/Unicamp.

² Ver Pasini 2005.

principalmente no debate se há uma escolha ou uma obrigatoriedade (escravidão). Vejamos alguns elementos de cada uma dessas linhas analíticas.

O primeiro grupo, como disse, compõe-se de autoras (Pateman, 1993; Raymond, 2003; Hughes, 2004; entre outras) que defendem o exercício da prostituição enquanto sinônimo da dominação masculina. A partir desta premissa, as mulheres – prostitutas – seriam objeto dos homens, os quais, a partir do exercício da prostituição poderiam provar o controle e o poder sobre as mulheres. Essa opressão das mulheres pelos homens se daria apenas por elas serem do sexo feminino. Nessa afirmação há o pressuposto de um corpo biológico e de uma opressão patriarcal. O conceito de patriarcado, apesar de ter sido importante para a consolidação do feminismo e de estudos sobre a mulher, atualmente pode ser rejeitado, pois se constituiu a partir de aspectos que são rebatidos facilmente: universalização da dominação masculina, essencialização de corpos físicos, que se tornariam trans-históricos, trans-culturais, trans-contextuais. Com os estudos de gênero é possível repensar com os principais alicerces que conceituam o patriarcado. As idéias sedimentadas na teoria do patriarcado, hoje podem ser lidas apenas como um olhar possível frente às relações de poder e de gênero em sociedades.

Outras autoras afirmam (Raymond, 2003) que a atividade da prostituição é usada como um recurso de sobrevivência. Já Fonseca (1996) rebatendo essa idéia afirma que a atividade da prostituição é uma opção “nada desprezível” para as mulheres com origem humilde e de baixo nível de escolaridade. Mas, ao mesmo tempo, a autora concluiu que a partir de suas outras pesquisas em morros porto-alegrenses nunca encontrou alguma mulher com um projeto de emprego ligado a sua realização pessoal, suas ocupações sempre estavam subordinadas à trajetória de ser esposa e mãe (cf. Fonseca; 1996). Estratégias ou

não de sobrevivência, interessa o fato de haver uma centena de motivações que podem ou não levar as mulheres ao exercício da prostituição. Minha experiência etnográfica em contextos prostitucionais me mostrou que há tanto prostitutas que fizeram sua escolha como aquelas que se sentem obrigadas pela sociedade a estarem na prostituição.

Somado a essas duas questões – a opressão do homem e a estratégia de sobrevivência – esse grupo de feministas radicais também defende que a prostituta é a imagem da mulher à venda, uma prática de escravidão. Assim, a atividade da prostituição é vista como um ato de exploração, abuso e violência contra a mulher, o que acaba por restringir sua liberdade e os seus direitos de cidadania. Esta é uma questão que muito nos interessa; afinal o que se compra e o que se vende no mercado da prostituição: seria o corpo da prostituta o que estaria à venda neste mercado? Retomarei essa questão adiante.

O segundo grupo de feministas é formado por acadêmicas e militantes de organizações e é conhecido como feministas liberais ou contratualistas. Para esse grupo, a prostituição feminina é compreendida a partir de um ato de escolha; acredita-se que as prostitutas fizeram uso do seu direito de escolha na decisão de se prostituir. É preciso acrescentar que essa escolha deve ser compreendida dentro de um campo de possibilidades, o que certamente acarreta ganhas e perdas. Para as contratualistas, a prostituição é um trabalho, uma vez que as prostitutas estabelecem um contrato a partir de uma combinação especificando um tipo de trabalho por um período de tempo e uma quantidade de dinheiro. A prostituição deve ser considerada como um trabalho qualquer pois, afinal, mantém a lógica do mercado capitalista, sim, a prostituição é uma transação comercial. Com isto, esse grupo critica tanto os escritos como o senso comum, que tratam a prostituta como vítima e/ou marginal social.

2. O CORPO DA PROSTITUTA EM UM CONTEXTO DE PROSTITUIÇÃO

A partir dessas análises e de pesquisas antropológicas em universos de prostituição femininas localizadas nas cidades de Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro defendo que a atividade da prostituição deve ser considerada um trabalho, principalmente, por que acredito que a prostituta não vende a si e, muito menos suas partes sexuais, antes ao contrário, ela estabelece um contrato de serviços sexuais³ ou, segundo as palavras de uma prostituta da região da Rua Augusta de São Paulo: *Eu alugo umas sacanagens por uma boa grana. Isso de vender o corpo é bobagem, lis. Não vendo nada, não. É tudo meu!* Também defendo esta idéia por acreditar que há uma separação entre as vivências na prostituição e fora dela e, além disto, que o corpo e o ato sexual não são unidades. Tanto as prostitutas como os freqüentadores de zonas de prostituição agenciam a possibilidade de ter laços distintos: um corpo-afeto e um corpo-mercadoria. É possível observar que o corpo é o terreno dessas interpretações e de uma possível inscrição social. Aliás, uma das principais conclusões a respeito das pesquisas que realizei em zonas de prostituição femininas é a marca contida nos corpos tanto das prostitutas como dos homens freqüentadores necessárias para separar a vida na prostituição e fora dela. Em cada um desses universos há o que eu chamo de regras em pontos de prostituição.

A compreensão dessa regras são fundamentais pois, inscritas nos corpos, dão visibilidade tanto a ‘performance’ de ser uma prostituta como algumas distinções em suas relações sociais. Neste sentido, analisei como esses corpos que realizam prostituição expressavam diferentes práticas e indicavam a diversidade sobre suas relações sociais.

³ Ver também Rostagnol (2000).

Mas vamos as tais regras na constituição da relação com o cliente: o tempo do programa, o pagamento, o uso do preservativo, não beijar na boca, não gozar, não fazer sexo oral com o cliente⁴. Tudo isso é fundamental até por que essas mulheres vivem constantemente um “organizar” entre suas relações com os clientes e com os não clientes. Assim, essas regras agenciadas pelos corpos comunicam e, simbolicamente, marcam essas duas relações, esses dois mundos.

Entretanto, é interessante perceber que em todos os casos sempre é a prostituta quem aparece como agente, desta diferenciação; afinal, é ela quem agencia o cumprimento (ou não) destas regras, as quais acabam por compor essa fronteira simbólica. Em outras palavras, é a prostituta quem decide se fará o programa, se vai dispor do seu corpo e ficar mais tempo com o homem no quarto do programa, se receberá ou não dinheiro por isso, quais os serviços sexuais que ela prestará no quarto de programa: sexo vaginal? Sexo anal? Beijo? Isto é um forte indicativo para demonstrar que o corpo da prostituta não é tão alienado e vitimizado quanto pode parecer e, mais do que isso, que a prostituta tem sim um certo tipo de escolha. As prostitutas têm autonomia em relação ao seu corpo, até por que elas não se entendem e não se colocam apenas enquanto objetos. Apesar de estarem na rua e, a princípio dispostas a realizarem sexo em troca de dinheiro, mostram que também são mulheres dotadas de vontades e escolhas.

Ao partir da concepção de que as prostitutas não são apenas escravas ou mulheres dominadas pelos homens, é possível refazer o olhar sobre a questão. As prostitutas têm uma autonomia no seu trabalho de prostituição, no qual elas impõem os limites e os termos da interação com seus clientes. Este olhar coloca a mulher em um lugar de possibilidade de

⁴ Ver Pasini 2000 a, b, c; 2001; 2002.

escolha em relação aos seus atos e ao seu corpo. Com isso não afirmo que o poder esteja apenas nas mãos das prostitutas, apesar desse ser o discurso das prostitutas que convivi. Para as prostitutas o fato de estes homens as procurarem e de elas decidirem o que aconteceria na negociação e na prática do programa parecia “empoderá-las”. É como se as prostitutas usassem o desejo dos homens para comandarem a relação. Entretanto, esse poder nem sempre está em suas mãos; ora também está com os clientes, pois na prática dos programas algumas vezes serão eles que determinarão os acontecimentos. Isso exemplifica que há circulação do poder, e que as prostitutas não o detêm em absoluto. Em outras palavras, aqui tanto a mulher como o homem tem suas práticas sociais e sexuais dotadas de regras, as quais, são construídas a partir de suas escolhas e comprometimento, em que ambos buscam o agenciamento do seu sujeito social. Portanto, continuar olhando para a prostituta enquanto um sujeito vitimizado desta relação da prostituição parece somar coloca-la em um lugar de desprivilegio social. Inclusive, acredito que muitas vezes a prostituta é vista, principalmente, pelo senso comum com tanto preconceito justamente em razão da dificuldade de compreender que a mulher – enquanto sujeito social – tem autonomia do seu corpo: ela pode usá-lo como melhor achar a partir de suas escolhas, o que significa, inclusive, fazer parte do comércio sexual.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Apresentei um debate entre dois grupos de feministas, em que cada um deles tem uma série de elementos para embasar a discussão para se colocar contra ou a favor do entendimento da prostituição enquanto trabalho. A partir desse debate marquei minha própria compreensão do conceito da atividade da prostituição: um trabalho em que durante

um certo período de tempo se trocam serviços sexuais por um bem e, assim, se estabelece uma relação econômica. E, além disso, há características de organização para o exercício da prostituição – regras, horários, regularidades, rotinas, preços, contatos – que a estruturam como um trabalho. Entretanto, assim como alerta Fonseca (1996), “é evidente que a prostituição, com seu status estigmatizado, alvo de repressão policial e censura pelo senso comum, não é uma profissão como qualquer outra” (Fonseca, 1996, p. 19). Com isso tudo quero dizer que a atividade da prostituição requer um olhar cuidadoso e um debate em que a sociedade enfrente a questão como uma prática social. É preciso entender que muitos dos sujeitos que se prostituem usam seus corpos a partir de uma escolha a qual esta colocada em um campo de possibilidades de um possível agenciamento social e, portanto, precisa ser respeitada enquanto tal.

Quero terminar minha fala retomando a questão que provoquei a pouco. Defendo que não é o corpo da prostituta que está à venda na relação comercial da prostituição. Pensem comigo, eu, por exemplo, quando venho falar com vocês não estou colocando minha mente à venda, apenas estou “alugando” minhas idéias. Em outras palavras, aqui há uma troca em que eu ofereço meu trabalho e recebo um bem que nem sempre é financeiro. O que quero dizer é que todas nós colocamos nossos serviços a mercê do outro, em que o corpo é o terreno dessas relações, afinal, o corpo é o espaço social no qual estão incorporados elementos sócio-culturais que comunicam significados e simbologias do grupo estudado. Não é por nada que muitas vezes ouvi das minhas informantes que faziam sexo com os clientes e amor com os não-clientes. Isso significa que para as prostitutas o corpo que está na prostituição é um corpo que deve comunicar uma relação calcada no

corpo mercadoria, já nas relações afetivas esse mesmo corpo comunicará sentimentos de afeto, de fidelidade e intimidade, valores que compõem essas últimas.

Nessas questões todas há uma discussão fundamental de cidadania, já que parece mesmo que as prostitutas são consideradas cidadãs pela metade, o que as impede de se estabelecer no lugar de quem tem autonomia do corpo e de suas escolhas. Talvez a perspectiva de um outro olhar possa transformar o sentido de ser sujeito social na prostituição em nosso país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HUGHES, Donna. A Legalização da Prostituição refreará o Tráfico de Mulheres? In: www.apf.pt/temas/tema, (2004)

Pasini, Elisiane. “*Corpos em Evidência*”, *pontos em ruas, mundos em pontos: a prostituição na região da Rua Augusta em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000 a.

_____. “O uso do preservativo no cotidiano de prostitutas em ruas centrais de Porto Alegre”. In: BENEDETTI, Marcos; FÁBREGAS-MARTINEZ, Ana. (orgs.). *Na batalha: Identidade, Sexualidade e Poder no Universo da Prostituição*. Porto Alegre: Dacasa, Palmarinca, 2000 b.

_____. “Limites Simbólicos Corporais na prostituição feminina”. In: *Cadernos Pagu*, n° 14, 2000 c.

_____. “Fronteiras da intimidade: uso de preservativo entre prostitutas de rua”. In: BRUSCHINI, Cristina, PINTO, Celi (orgs.). *Tempos e Lugares de Gênero*. São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. “Prostituição e Diferenças Sociais”. In: ALMEIDA, Heloísa B.; Costa, Rosely G.; Ramirez, Martha C. e Souza, Erica R. de (orgs.). *Gênero em Matizes*. Bragança Paulista, Coleção Estudos CDAPH, 2002.

_____. “Homens da Vila: Um Estudo sobre Relações de Gênero num universo de Prostituição Feminina”. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

RAYMOND, Janice. “Não à legalização da Prostituição – 10 razões para a prostituição não se legalizada”. In: <www.action.web.ca/home/catw/readingroom.shtml>. 2003

ROSTAGNOL, Susana. “Regulamentação: controle social ou dignidade do/no trabalho?”
In: BENEDETTI, Marcos; FÁBREGAS-MARTINEZ, Ana. (orgs.). *Na batalha: Identidade, Sexualidade e Poder no Universo da Prostituição*. Porto Alegre, Dacasa, Palmarinca, 2000.